

Construindo a democracia de base

Por uma maioria social de esquerda

1. DIZ QUE É UMA ESPÉCIE DE MOÇÃO

Para o melhor (e o pior) mantêm-se em grande parte actuais todas as questões político-ideológicas suscitadas no contexto das propostas de Moção de Orientação Política apresentadas à V Convenção Nacional do Bloco de Esquerda que seriam divulgadas e conhecidas como “Moção B” e “Moção D”. Para o melhor – porque o tempo se encarregou de validar algumas das suas propostas objectivas – e para o pior – porque a sua justeza justificariam, como o tempo ajuizou, uma reflexão mais cuidada.

Por isso, reafirmamos uma das ideias originais – “O Bloco por uma maioria social de esquerda” – e reassumimos os eixos políticos centrais das moções B e D de 2007: o Bloco de Esquerda só pode continuar fiel ao compromisso de exigência e de luta por uma política de esquerda que enfrente a injustiça social, o desemprego e todas as discriminações e/ou formas de discriminação. Por isso também – conscientes do papel solitário que nos cabe – acrescentámos-lhe um subtítulo/subtema: “Diz que é uma espécie de moção”. Apenas e só porque temos andado arreios da irreverência que fazia da luta do Bloco uma inovação e, concomitantemente, um modo bem arejado e salutar de estar e viver a política.

Tal como em 1999 – provavelmente, desde que há Liberdade em Portugal – uma Esquerda forte, popular, democrática e pluralista continua a ser vital para responder aos sinais de crise que a sociedade portuguesa vive (e vê agravados em cada novo ciclo político). O Bloco, que integra essa esquerda, só tem de lutar pela maioria social, organizar-se enquanto movimento, programar e preparar substantivamente as suas acções político-partidárias, empenhar-se e participar sem complexos nos movimentos sociais. Em suma: contribuir para que a esquerda, na sua pluralidade e diversidade, possa, finalmente, assumir o papel adiado desde 25 de Abril de 1974.

A VI Convenção do Bloco de Esquerda tem uma finalidade fulcral: armar o Bloco, no seu conjunto, para enfrentar uma situação política, económica e social adversa, tanto do ponto de vista internacional, como nacional, num contexto de enorme imprevisibilidade financeira, e cumulativamente, num muito difícil ciclo de três eleições sucessivas: europeias, legislativas e locais.

Olhando para o trajecto percorrido nestes últimos nove anos, e ao projectar o que é, neste momento, possível antecipar, o Bloco de Esquerda percebe que terá de caminhar no sulco original, prosseguir e avançar numa intervenção de carácter institucional e, em simultâneo, desenvolver um trabalho político perseverante ao nível de todos os movimentos sociais com clareza programática – rejeitando todas as formas de acordos eleitorais, expressos ou sub-reptícios, com outras forças políticas e clarificando, até ao limite, a proposta da maioria social de esquerda como forma de ultrapassar a crise.

Muito para além da representação e dos jogos do poder instituído no aparelho de Estado, a maioria social de esquerda constrói-se no dia-a-dia, lentamente mas em permanência, batalhando pelas diferentes gerações de direitos humanos, da ecologia à luta pela paz, contra a fome, contra as novas formas de escravatura e, ainda e sempre, pelos direitos cívicos. O desafio mais importante de todos para a esquerda neste início de século determina a ruptura clara com os métodos tradicionais de intervenção política, desde logo para desmascarar as correntes social-democratas que apenas gerem as sucessivas crises do capitalismo, sem nunca estabelecerem pontos de fractura, e que se servem dos trabalhadores e que se lambuzam à sua custa.

A conquista da maioria social afirma-se constantemente com alternativas reais e objectivas às medidas neoliberais que, em simultâneo, darão consistência à massa crítica social para desenvolver dinâmicas ajustadas aos novos tempos e à realidade concreta que se for oferecendo. Sem pretensões de hegemonização, de controlo ou de vanguardismos ultrapassados, o Bloco de Esquerda deve procurar a influência no carácter e na concepção dos confrontos sociais. Uma participação regular em todas as frentes de luta populares, mesmo naquelas que aparentemente não apresentam grande relevância, dando-lhes perspectivas políticas globalizadoras, é condição fundamental para se ir criando maiorias susceptíveis de proporcionar avanços sociais, a que a intervenção institucional (nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu) só terá de dar ressonância e audição pública.

Se a este verdadeiro trabalho da formiga se juntar o enriquecimento teórico permanente e o debate frequente entre activistas, a intervenção

quotidiana ganha sentido, substância e um horizonte tangível: a maioria social de esquerda.

O caminho do Bloco de Esquerda não é nem pode ser feito de arranjos de bastidores: é a sua natureza que o dita. O caminho da maioria social de esquerda (e, inclusive, da Esquerda Socialista de que todos nos reclamamos) será definido pela sua própria agenda; e o Bloco de Esquerda caminha, só pode caminhar, pelas suas próprias pernas, sem se deixar pear pelas regras e aritméticas parlamentares, ou outras.

E com todos os que lá estão a poderem escolher os sulcos de um querer comum, em diálogo aberto e amplamente democrático.

2. O “FLOP” DA ECONOMIA DE CASINO

A situação política internacional impôs-se, mais do que nunca em 2008, com uma crescente importância, tal como se afirmaram as chamadas potências económicas emergentes. O “flop” da Economia de Casino, que nos é apresentado como um acidente que os povos têm de pagar para continuar a desenvolver-se, é a melhor demonstração de que a palavra de ordem dos 1960 “socialismo ou barbárie” mantém-se correcta.

A lição que já conhecíamos, mas que é agora ainda mais evidente, é que os economistas, bolsistas e outros especialistas não prevêem nada, nem sequer para o dia seguinte: no início de 2008 afirmavam que o petróleo não voltaria abaixo dos 100 dólares, mas à beira do final do ano ele aí está a descer; no final de 2007, as nacionalizações eram sinónimo de Esquerdismo e, agora, assistimos a uma espécie de corrida à nacionalização dos prejuízos dos bancos...

Apesar do descalabro tantas vezes anunciado, em Portugal, como no resto do chamado mundo civilizado, os governantes têm encontrado o dinheiro que tanta falta tem feito para acabar com o desemprego e a precariedade e minorar as crises sociais. Mas é para o bolso dos exploradores que o destinam!

Não possuímos informação super-estrutural que nos permita contrariar as falácias dos detentores do poder, mas a análise que fazemos coincide com as análises que têm sido avançadas pela direcção bloquista, neste particular. Por isso, **sublinhamos apenas que, afinal, o gigante dos EUA também tem pés de barro, que estão ser estilhaçados pelos gigantezinhos asiáticos e que, através dessa contradição, se desenha nova partilha do Mundo.**

3. DEVAGAR QUE TEMOS PRESSA

Que consequências tem a estratificação social na quebra do sentimento de pertença que a organização industrial incutia no proletariado?

E hoje, cumulativamente, o vínculo precário, a desestruturação classista e o bombardeamento cultural/consumista – será que ainda temos na Europa um “proletariado” receptivo à ideia “Nada a perder, lutar pelo Socialismo”?

A capacidade do sistema reabsorver as lutas conjunturais e balizá-las num enquadramento reformador dentro do sistema é sinal de que uma fase pré-transformadora radical se avizinha? Serão estes esforços desespero dos poderosos em “fim de linha”? Conseguiremos acumular experiências de enfrentamento quantitativamente cada vez mais alargadas de modo a despoletarem a mudança qualitativa? Ou, ao contrário, o sistema está ainda muito enraizado e, apesar dos abanões conjunturais, e até com a sua ajuda rejuvenescedora, ainda está para “lavar e durar”?

Reconhecemos a utilidade de procurar entendimentos e convergências ocasionais com outras áreas e outras forças políticas de Esquerda. Podemos e devemos convergir em situações concretas, iniciativas ou temáticas concretas, abrangentes, sejam as reivindicações dos trabalhadores, sejam situações concretas dentro das empresas. Todavia, queremos afirmar que, em nossa opinião, a grande prioridade que o Bloco de Esquerda tem de concretizar é um trabalho de persistência, sem calendário eleitoral, capaz de interagir com os cidadãos e as cidadãs.

A prioridade tem de ser para mostrar aos que vêm a política como “o mundo da vigarice e dos que só pensam em encher os bolsos” que existem soluções completamente alternativas. É preciso que as populações sintam que o Bloco de Esquerda faz as denúncias sem “rabos de palha” e apresenta as propostas que garantem a transparência e a utilidade da vida política.

A prioridade é fazer com que o abstencionismo se transforme em empenho cívico e se converta em maioria social alternativa, de Esquerda.

Não será objectivo para um muito curto prazo. Será, concerteza, objectivo para o Bloco de Esquerda, que sabe que “outro mundo” só será possível quando a participação cidadã for uma atitude socialmente maioritária.

O projecto ideológico e cultural alternativo do Bloco de Esquerda tem de ter, como “pano de fundo”, metodologias novas, específicas de quem quer começar de novo e consolidar genuínas maiorias sociais, que não sejam estruturalmente apenas eleitores e eleitoras flutuantes. Queremos Marias e Zés que sejam exigentes e participantes, que cresçam na persistência da actividade local, construída em propostas alternativas ao sistema e caldeadas no vaivém do diálogo com toda a população.

Sem mimetismos, deveríamos ser mola concreta. Representantes eleitos assumindo-se como promotores de inquéritos locais, a servirem de ponto de partida a novas agendas da reivindicação cidadã. Autarcas com dia de atendimento público – anúncio feito nas localidades para aumentar proximidade. Participando em programas televisivos com linguagem, análise e propos-

tas alternativas. Deputados que no Parlamento e fora dele dão a voz a quem deles necessita, questionando o Governo e as suas políticas, e que se empenham em acções de rua com consequências e prestações de contas.

Talvez não seja ainda o tempo de usarmos a designação "Agenda 21 e Orçamento Participativo". Mas é, certamente, o tempo de começarmos a implementar: um passo de cada vez. Talvez nos leve mais depressa ao "destino" da cidade sem muros nem ameias...

O que não é possível é a reedição da experiência de Lisboa, que nada de bom trouxe à credibilização da intervenção do Bloco de Esquerda e que em nada contribui para construir uma alternativa política aos malabarismos do "centrão". Afinal, sabe-se agora, estava tudo errado desde antes do início do Acordo PS/Bloco.

4. POR UMA DEMOCRACIA INCLUSIVA

O Bloco de Esquerda faz 10 anos. Já não é um bebé. Para que o queremos? Como o queremos? A constatação de que o activismo é pouco não pode ser camuflada pela funcionarite!

O princípio a seguir deveria ser o da inclusão, não devendo, nunca, a maioria ceder à tentação da exclusão aritmética, porque no momento em que a exclusão não resultar da imposição numérica estará alcançada a maioridade da democracia interna. A democracia, para que seja plena, passa pela obrigatoriedade ética de lidar com os desacordos de modo inclusivo, conquistando-se sempre os acordos justos para os interesses afectados.

O nosso desacordo, face às decisões da anterior Comissão Política, não é, no essencial, em relação a cada iniciativa de "per si", antes relativa à sua calendarização, que conta muito com os funcionários e muito pouco com o tempo de "respiração" dos núcleos.

A anterior Convenção estabelecia como prioritária toda a atenção aos núcleos. Qual a sua periodicidade de reuniões? Quantos núcleos de freguesia foram criados? Quantos discutiram e se pronunciaram, antes ou depois, sobre as matérias discutidas na Mesa Nacional? Ou seja: como "respira" o Bloco de Esquerda? De dois em dois meses, a Mesa Nacional "despacha". Aos aderentes chegam, pela via dos funcionários/controleiros regionais, vagos ecos sem tempo nem para reflexão nem para o contraditório, quase exclusivamente na fórmula simplificada de tarefas concretas.

O Bloco falha naquilo que se pode designar de trabalho autárquico, na preparação e acompanhamento do seus autarcas e no trabalho que podia/devia marcar as agendas políticas locais. O Bloco não consegue desenvolver qualquer trabalho estruturado.

Na anterior Convenção afirmámos, e mantemos, sermos contra concursos para funcionários. Reconhecemos que a sua escolha é uma função exe-

cutiva que cabe à Comissão Política, mas é uma função que decorre de avaliação de prioridades e de gastos que têm de ser transparentes, com critérios de selecção devidamente publicitados. É que a história das organizações partidárias, em Portugal e no Mundo, mostra, indesmentivelmente, que as degenerescências ideológicas passaram, e passam muito, pelo controlo e características do aparelho de funcionários!

Se o projecto é dar o protagonismo à Cidadania, devolver a política à rua, precisamos de ser capazes de abolir a velha proposta leninista de organização partidária. Temos de reforçar a rede. O velho partido – cópia de um exército – centralizado, macrocéfalo, que espalha controleiros no terreno para fazer cumprir o que decidiu, que só trazem eco do que corre bem, com medo de serem avaliados como incompetentes, tem de ser substituído por activistas voluntários, dos locais aos quais se disponibilize funcionários administrativos, dependentes das decisões colectivas, tomadas nas distritais e concelhias.

Não estamos a negar a necessidade de funcionários e assessorias que apoiem e dependam da Comissão Política e do Secretariado Nacional, cumprindo as indispensáveis tarefas administrativas e técnicas. Mas é tempo de ousar deitar para o lixo da história a figura tendencialmente burocratizante do controleiro ("paraquedista das ordens superiores"). Defendemos uma lógica de funcionalização que seja potenciadora dos tempos do activismo voluntário por oposição ao controleirismo que vem "explicar" o que há para fazer.

Ainda em sede de democracia inclusiva, é certo que o Bloco está a crescer e a cativar muitos jovens, mas também não é menos verdade que existe cada vez menos militância por parte destes mesmos jovens. Podemos/devemos fazer uma reflexão sobre esta questão. Qual é realmente o novo modelo integrados jovens no Bloco? É que não podem ser apenas alvo de disputa das diversas "jotas" das tendências subliminares que integram o Bloco de Esquerda...

O Bloco continua a ser um espaço aberto à discussão e à troca de ideias sem que necessite de criar uma "jota", mas cada vez mais tem dificuldade em cativar e formar os seus jovens para uma militância de base, mais interventiva, pluralista e com maior presença pública, criando, assim, mais responsabilidade e vontade de intervir na construção do próprio seu país e de um mundo mais solidário, mais participado e mais justo.

Ainda neste capítulo, diz o Bloco, na moção de orientação política aprovada pela V Convenção, que "não pretende ser um partido de propaganda, para repetir algumas ideias criando uma devoção interna elevada...".

Ora, o crescimento eleitoral do Bloco tem exibido a fraqueza da sua estrutura organizativa que, curiosamente, tem sido o maior entrave à melhoria e à eficácia do processo democrático decisório. A diversidade de opiniões e sensibilidades fazem parte da matriz fundadora do Bloco, mas o aparente consenso no modelo organizativo e modo de funcionamen-

to interno contradizem a diversidade de opinião, o que pode significar, para alguns, que a retórica não passa, afinal, de um modelo ilusório.

Exemplo objectivo é o que se passa com o Grupo Parlamentar. Após a V Convenção, o Grupo Parlamentar passou a distribuir, através do Correio da Mesa, informação abundante relativa à sua actividade, mas daquela que qualquer cidadão pode recolher no sítio na Internet do Parlamento, mesmo com um “Magalhães”... Ou seja, o Grupo Parlamentar controla a sua “agenda” com total autonomia e independência e, por isso, presta contas do que já aconteceu. Precisamente porque entende que não pode informar previamente (para debater...) do que está para acontecer. Nos assuntos não urgentes, a Mesa Nacional devia ter um papel activo.

5. OS MALEFÍCIOS DA MAIORIA ABSOLUTA

No contexto da política nacional, o país sofre as consequências da maioria absoluta conquistada pelo Partido Socialista (PS). Desde a tomada de posse de José Sócrates como primeiro-ministro, Portugal assistiu a um desfiar de políticas neoliberais verdadeiramente impensáveis por parte de um qualquer dirigente do PS até há bem poucos anos. Basta pensar na ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde executada por Correia de Campos e complementada por Ana Jorge; na política autoritária na Educação de Maria de Lurdes Rodrigues; ou no atentado político e civilizacional contra os direitos de quem trabalha interpretados por Vieira da Silva, num estilo ainda mais maquiavélico do que um qualquer Bagão Félix.

Basta pensar, também, na guerra aberta, praticamente institucionalizada, no PSD.

No mesmo prato da balança “caíram” Cavaco Silva e a sua teoria de coabitação pacífica e cooperante com o Governo, em nome dos “superiores interesses da Nação” e das reformas a fazer. O défice passou a comandar todas as decisões e o PS mostrou-se incapaz de abrir novos horizontes, na crença de que conseguiria submeter todas as nossas esperanças ao domínio dos seus “possíveis”. Ele a falar-nos de “futuro” e nós a vivermos a “falta de futuro”; ele a querer calar a contestação generalizada e nós sempre à procura daquela margem de liberdade que permite abrir novos espaços, testar novos modelos, fugir ao imediatismo...

A nível nacional e municipal, as políticas sociais resultaram em tudo menos em instrumentos de justiça social, as empresas municipais ligadas à habitação e à intervenção social não passam de meros instrumentos partidários e de lóbis.

É em questões como estas que o Bloco deve intervir de uma forma sólida e activa, evitando a todo o custo a omissão perante este tipo de “segredos sociais” que mais não são do que o

silêncio “imposto” pelos diversos lóbis existentes na política portuguesa. O trabalho do Bloco a este nível desenvolve-se no terreno do concreto e é aí que devemos apostar permanentemente desde o início, não apenas nos momentos de pré-campanha eleitoral.

6. SAÍDA DA NATO E REDUÇÃO DRÁSTICA DE EFECTIVOS NAS FORÇAS ARMADAS

O Bloco deve continuar a levantar, junto dos cidadãos, questões sociais, civilizacionais e de direitos, que habitualmente são consideradas menos fáceis. São exemplos de questões a levantar o direito à eutanásia, as condições claras para a separação clara dos mercados da droga (com a assumpção pelo Estado da distribuição das drogas leves), a adequação da dimensão e da forma das Forças Armadas face às necessidades reais do país, a saída da NATO, a solidariedade internacionalista das lutas.

As Forças Armadas e a sua adequação à realidade geopolítica e estratégica do país, por exemplo, é uma das questões a que a Esquerda tem andado mais arredia. Portugal é um pequeno país do sudoeste da Europa que mantém relações externas que não suscitam a previsibilidade, a curto ou médio prazo, de conflitualidades que exijam intervenções de tipo militar. Assim, **a quantidade de elementos que compõem as Forças Armadas, no activo e em situação de reserva, são claramente exageradas.**

Um movimento como o do Bloco deve bater-se para que sejam reduzidos drasticamente os efectivos das Forças Armadas e para que se mantenha um aparelho militar meramente simbólico e completamente virado para as questões da manutenção da paz e da cooperação com os outros povos. A defesa dos interesses nacionais, por exemplo na Zona Económica Exclusiva marítima, e o combate ao tráfico de drogas pode ser assegurada por forças com carácter policial.

As afirmações recorrentes de que temos de manter os nossos compromissos a nível militar são falaciosos e cairiam pela base se afirmássemos, corajosamente, a nossa preocupação com a Paz e a recusa em participar em contingentes, as mais das vezes, agressores e com preocupações imperiais por parte dos nossos “aliados”. Não somos irresponsáveis nem insensíveis à situação que se vive no planeta e cujas políticas de rapina imperialista são uma das causas que propiciam eventuais ataques terroristas. Mas mesmo essas possibilidades deverão ser encaradas preventivamente do ponto de vista político e social, não meramente militar.

Outra medida a defender deverá ser a desmilitarização das forças policiais, nomeadamente da GNR, e a sua transformação num corpo de guarda civil. Particularmente gravosa é a pretensão, a exemplo do que Nicolas Sarkozy pretende imple-

mentar em França, de colocar militares em trabalho policial. Contra tal pretensão a Esquerda Socialista deverá lutar com todas as forças, dado o perigo que essa prática acarreta para a democracia.

Num país onde constantemente se ouve falar na necessidade de contenção de despesas é espantoso que os gastos com a Defesa não mereçam, ao menos, estudos sérios com vista à sua utilização onde sejam mais úteis.

Nesta linha de pensamento, **o Bloco deverá retomar de forma intransigente a defesa da saída de Portugal da NATO, assim como o fim desta organização militar que tem servido como cobertura internacional para as agressões perpetradas pelos Estados Unidos nos mais diversos pontos do Globo.**

7. EDUCAÇÃO PARA A MULTICULTURALIDADE

A Educação surge com um papel de charneira que o Estado tem no respectivo sistema e na responsabilidade de criação de condições de trabalho, para trabalhadores docentes e não docentes, e de aprendizagem para milhares de crianças, adolescentes e jovens que frequentam a escola pública.

As escolas portuguesas, gradualmente, nos últimos anos, emergiram como mosaicos multilingues e multiculturais. O que, para muitos, é assumido como uma "questão problemática", para o Bloco de Esquerda é uma mais-valia! É a possibilidade que comporta de fortalecimento, entre outras, de relações interpessoais e da troca de conhecimentos culturais e linguísticos. É, ainda, a possibilidade que, igualmente, comporta de apreciar valores, atitudes, comportamentos e características de uns e outros, de modo a promover a interacção social e a comunicação, numa perspectiva relacional e dinâmica, neste planeta multicultural que a todos pertence.

Consciente dessa importância, o Bloco, enquanto força política representada na Assembleia da República, deve apresentar alternativas que propiciem uma real promoção da igualdade de oportunidades de acesso e frequência de todas as crianças, adolescentes e jovens provenientes de outros países e que frequentem a Escola. Deve, igualmente, desenvolver esforços de modo que, em todas as escolas, onde a diversidade linguística e cultural esteja patente, sejam criadas condições de inserção de mediadores linguístico-culturais.

O Estado tem um papel fundamental no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Básico (três ciclos de ensino com a duração total de nove anos) como estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, no ponto 1 do artigo 6.º. O Bloco de Esquerda, defensor intransigente deste direito, sabe da sua não aplicabilidade a muitas crianças e adolescentes do país. A exclusão social, a discriminação e a pobreza são disso responsáveis. Até ao momento, muito pouco tem

vindo a ser feito no combate a esta realidade! E as escolas pouco têm usufruído de programas específicos alternativos a este combate. O Bloco deve encetar uma campanha defensora desse combate, uma campanha alicerçada no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Básico, e na desmistificação desta gratuidade que de gratuita nada tem! Uma campanha onde a alimentação, o transporte (nalguns casos o alojamento), os equipamentos e os materiais didácticos sejam garantidos pelo Estado a todas as crianças e adolescentes, utentes do Ensino Público obrigatório. Igualmente deve exigir a implementação de condições para a optimização do acesso de todos à qualidade de aprendizagens. Uma campanha que inclua, também, o alargamento efectivo da rede pública da Educação Pré-Escolar e Básica a todo o país.

Neste esforço de defesa da Escola Pública é indispensável propor legislação que incentive a ida dos pais à escola e a audição dos alunos, na vivência escolar.

8. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

É certo que a questão da energia nuclear, trazida à discussão nos últimos tempos, não faz parte da agenda política do Bloco de Esquerda. As nossas preocupações estão voltadas para o estudo, aproveitamento e exploração das energias alternativas limpas e para a implementação do Plano de Eficiência Energética, que pode permitir uma enorme poupança na energia.

Por outro lado, importa separar claramente a questão da produção de energia eléctrica e o consumo de combustíveis fósseis, nomeadamente nos transportes. No que se refere aos transportes é necessária a alteração do actual paradigma, que privilegia o transporte rodoviário sobre o ferroviário. Só assim será possível abrandar a dependência brutal face à gasolina e ao gasóleo.

Infelizmente, tem-se assistido a um investimento enorme na construção de auto-estradas e ao desinvestimento na rede ferroviária, excluindo, agora, a loucura de novoriquismo que é o TGV, nomeadamente em trajectos em que é inútil.

Com a crise energética que vivemos, mais agravada pela extrema ganância da especulação financeira, a falsa alternativa nuclear pode fazer caminho entre os cidadãos acoitados pelo preço dos combustíveis. Como sempre, já está em construção um discurso largamente falacioso e eivado de mentiras e "não verdades" sobre a utilização do nuclear na produção de energia eléctrica.

É indispensável responder com uma campanha que explique claramente os terríveis inconvenientes da utilização da energia nuclear, pondo em causa os seus elevados custos de construção, a dependência da tecnologia e a questão da deposição dos resíduos.

Com algumas razões aduzidas aqui e tantas

outras, quer de carácter político, quer de carácter técnico, que se opõem à utilização do nuclear para a produção de energia eléctrica, impõe-se defender alternativas respeitadoras do ambiente e ainda por explorar para a produção de energia. As eólicas ainda podem aumentar a produção, bem como a energia das marés, que está em quase completa hibernação, num país com os dias de sol que Portugal tem o aproveitamento da energia do sol é menos que residual.

Mas é no Plano de Eficiência Energética que será necessário fazer uma aposta firme, com vista a uma poupança nada negligenciável, tendo em conta que algumas das medidas a implementar possam não ser de aceitação imediata muito fácil.

Em matéria ambiental é importante o apoio a lutas em que as populações se sentem prejudicadas como têm sido, por exemplo, os casos da co-incineração e das linhas de alta tensão.

9. O MUNDO DO TRABALHO

A frente dos problemas que mais preocupam os trabalhadores (todos nós) está o desemprego, aliado ao trabalho sem direitos (precarizado).

O Bloco tem desenvolvido algumas iniciativas com vista a chamar a atenção para estes flagelos dos nossos dias, mas é necessária uma maior mobilização e uma mais incisiva intervenção. É necessário compreender que a precariedade não é um problema exclusivo dos trabalhadores mais jovens. Com a aprovação do Código do Trabalho do PS todos os trabalhadores tendem a ser mais ou menos precários. Assim, **é indispensável a mobilização de todos contra uma situação em que o trabalho sem direitos e uma política de baixíssimos salários estabeleça como que uma “asiatização” no mundo do trabalho. A participação nos movimentos anti-precariedade não deve visar o seu controlo, mas dar-lhes a força e a visibilidade pública de que carecem para a sua afirmação e reconhecimento.**

O escândalo do leque salarial, que em Portugal tem uma das maiores aberturas, deve ser denunciado e, ao mesmo tempo, promovida uma aproximação entre os salários mais altos (dos gestores e administradores) e os mais baixos dos trabalhadores que, efectivamente, produzem riqueza. O aumento dos salários reais dos trabalhadores, longe de ser um perigo para a competitividade e a produtividade, constitui uma forma de aumentar o consumo interno e desenvolver a produção industrial e, conseqüentemente, a riqueza. Esta realidade é firmemente contrariada pela Direita e completamente esquecida pelo Governo Sócrates.

Subsistem tentativas de destruição da Segurança Social, quer pela pressão para a constituição de seguros de reforma privados, quer pela desvalorização da filosofia da Segurança Social como forma de

solidariedade intergeracional, sob a tutela do Estado. Por outro lado, o investimento dos fundos da Segurança Social na “Economia de Casino”, em que os jogos da Bolsa se transformaram, não garante nada de bom ao futuro das nossas pensões de reforma, tal como os milhões já desbaratados confirmam. Esta não é uma visão antiquada e ultrapassada, como, tantas vezes, querem fazer crer os que veneram o mercado como “deus ex-maquina”, que tudo resolve e tudo pode. É a necessidade, imperiosa, de moralizar uma situação que constitui um verdadeiro escândalo nacional.

Por isso, o Bloco deve continuar a erguer bandeiras de luta como as seguintes:

- **não ao pacote laboral;**
- **trabalho com direitos para todos;**
- **fim do trabalho precário;**
- **aumento dos salários mais baixos; diminuição dos salários mais elevados;**
- **aumento das pensões de reforma, com equivalência ao salário mínimo;**
- **não à utilização dos fundos da Segurança Social na “Economia de Casino”.**

Os sindicatos, porque não têm sabido incentivar a sindicalização, porque têm um funcionamento muito pouco compatível com as necessidades dos nossos dias e, também, porque não têm conseguido credibilizar-se aos olhos dos trabalhadores mais jovens, têm sofrido um enorme desgaste e, hoje, pouco mais resta com actividade e capacidade reivindicativa do que os sindicatos ligados à Função Pública. A este fenómeno não é alheio um certo individualismo e desinteresse pelas questões do colectivo que grassa na sociedade, em parte motivado pelo clima de medo que se tem vindo a instalar e, também, por pressão da instabilidade que se vive no mercado de trabalho.

Mas pouco tem sido feito para criar uma outra perspectiva e uma filosofia de vida mais solidária, nomeadamente entre as camadas mais jovens.

Os aderentes do Bloco que são sindicalistas devem ter uma posição muito firme dentro dos respectivos sindicatos:

- **pela defesa intransigente de sindicatos amplamente democráticos:**
- **por um funcionamento transparente;**
- **por direcções eleitas, no máximo por três mandatos consecutivos;**
- **por uma ligação permanente aos locais de trabalho e auscultação dos associados, em todas as questões sindicais;**
- **por sindicatos que sejam independentes dos interesses e agendas que não sejam impostos pelos seus associados;**
- **por uma ampla solidariedade com as lutas nacionais ou internacionais que ocorram;**
- **pela abertura, criatividade e inclusão de novas opções de luta, como constituição a de caixas de greve e outras formas de apoio aos activistas;**
- **por outras e novas formas de organização dos trabalhadores (comissões de trabalhadores, organizações de desempregados ou de precários e outras), que sejam encaradas de acordo com as**

necessidades específicas de cada caso e sem serem hostilizadas à partida.

10. INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA

A frente de luta municipal está, em grande parte, enquadrada pelas políticas por nós defendidas em outros temas, como são a defesa do ordenamento do território, o ambiente, políticas sociais a energia, a política de alianças, etc.

O trabalho autárquico, sendo a territorialização da execução dessas políticas, é um sector fundamental de luta contra as políticas neoliberais, contra a privatização de serviços públicos de distribuição de água, de prestação de cuidados de saúde, mas também de políticas de emprego e de apoio social às vítimas do capitalismo. Mais que reafirmar a necessidade de também nas autarquias, o Bloco cercar fileiras em torno da luta contra essas políticas do bloco central, importa reflectir, identificar os constrangimentos à acção dos militantes e das populações e propor alternativas organizativas que promovam a participação dos cidadãos.

É nesse sentido que reafirmamos que a proposta do Bloco para a reforma do sistema eleitoral autárquico é claramente insuficiente e não atalha aqueles que reconhecidamente são as grandes 'lacunas' da lei e que permitem aos partidos do arco do poder, perpetuar-se nele, através de artifícios vários, em que o processo eleitoral nem é o mais importante.

O maior constrangimento à eficácia da actuação fiscalizadora e legisladora dos partidos da oposição é a distorção eleitoral que advém da presença dos presidentes de Junta nas Assembleias Municipais. Estes não são economicamente autónomos, pelo contrário. Pelas escassas competências que a Lei lhes atribui, não têm qualquer relevância significativa, sendo presas fáceis dos todo-poderosos presidentes de Câmara, que manipulam a seu bel-prazer as carências e necessidades de toda a ordem das freguesias.

É, pois, imperioso que se acabe com a dependência que envergonha e diminui as freguesias, autonomizando-as, e dando-lhes competências de acordo com a sua dimensão, já que existem freguesias com mais de 60.000 habitantes e municípios com alguns milhares.

A qualidade da democracia autárquica e o reforço da sua fiscalização não depende de meios técnicos, mas sim da disponibilidade de tempo dos eleitos para o desempenho da função, a sua formação e novos instrumentos de fiscalização, como sejam, comissões de inquérito e inquirições a vereadores.

As medidas mais significativas e substanciais de transformação, para a dignificação das juntas de freguesia, em nosso entender, são:

1. Mais competências para as freguesias e correspondente aumento de meios financeiros.

2. A presença dos presidentes de Junta nas Assembleias Municipais passar a ser facultativa, e sem direito a voto.

3. Diferenciação de competências das freguesias e municípios de acordo com a sua dimensão.

4. Introdução de criação de comissões de inquérito, agendamento potestativo, inquirições a vereadores, moções de rejeição e capacidade positiva no Plano e Orçamento.

5. Redução ou eliminação dos poderes unipessoais dos presidentes de Câmara, tornando os executivos órgãos colegiais.

11. O CICLO ELEITORAL DE 2009

É portanto num quadro muito complexo e desafiador que se aproxima um ciclo eleitoral que vai pôr à prova a capacidade do Bloco em desenvolver iniciativas que permitam o alargamento da intervenção junto e a novos activistas e a reactivar o interesse de tantos que já estiveram ao nosso lado na luta e que se têm afastado. O Bloco só crescerá, de facto, se mostrar que inclui e que não discrimina diferentes formas de encarar a luta pela Democracia e pelo Socialismo.

Os diferentes programas que o Bloco de Esquerda apresentará ao ciclo eleitoral que se aproxima devem constituir claras alternativas às políticas neoliberais e integrar os resultados de debates abertos entre os aderentes e todos aqueles que nele queiram participar.

Uma questão que se vem colocando na sociedade portuguesa, ultimamente, é a regionalização. O Bloco de Esquerda tem já aflorado essa problemática, mas apenas superficialmente e sem sistematização. Questão que, muito provavelmente, se vai apresentar, pelo menos durante a campanha eleitoral para as autárquicas pelo que era de toda a conveniência que se comesse a debater a questão para, em tempo oportuno, se assumir uma posição clara e credível, evitando-se tomadas de posição individuais e desencontradas. A simples introdução de um nível intermédio de poder não pode ser considerada como a resolução de todos os problemas.

Na sua candidatura para as eleições europeias, o Bloco de Esquerda :

– **deverá reafirmar a sua proposta de uma Constituição Europeia, elaborada num Parlamento com poderes constituintes;**

– **rejeitar o Tratado de Lisboa, que pretende impor fórmulas anti-democráticas e que consagra uma Comissão Europeia (Governo) isento de sufrágio e de controlo parlamentar;**

– **rejeitar as políticas de carácter xenófobo e anti-imigração;**

– **rejeitar as políticas armamentistas e o permanente alinhamento com os princípios orientadores da guerra infinita;**

– **incentivar políticas de bom relacionamento e**

de aproximação entre os povos, que vise a eliminação das causas que levam à proliferação das ameaças terroristas.

O programa para as **eleições legislativas** deverá marcar uma diferença com todas as políticas e as práticas que o "centrão" tem vindo a impor ao país, de desigualdades sociais gritantes, de desemprego, salários baixos, precariedade, mas também de destruição dos serviços públicos, de corrupções várias e dos mais descarados compadrios.

Um tal programa propondo alternativas credíveis, claramente socialistas, é susceptível de alargar a participação e o apoio de sectores da população que, neste momento, descreem da validade da intervenção política.

O Bloco tem que se manter na Assembleia da República como porta-voz das lutas sociais e como oposição firme às pretensões neoliberais e, até, menos democráticas que se perfilam. Em situação alguma o Bloco de Esquerda aceitará responsabilidades num Governo do PS.

Nas **eleições autárquicas**, o Bloco deverá apresentar-se com as suas próprias listas e os seus programas locais bem definidos.

As preocupações programáticas deverão insistir nas questões sociais, cultura, na melhoria das condições de vida dos munícipes, na sustentabilidade do ambiente, acabar com a proliferação de empresas municipais não controladas pelas Assembleias Municipais e no incentivo à participação dos cidadãos na vida autárquica, como seja a implementação das Agendas 21 locais e os Orçamentos Participativos.

O apoio a eventuais listas de cidadãos independentes deverá ser cuidadosamente estudado, caso a caso, pelas respectivas Concelhias ou Distritais.

O Bloco deverá incentivar a participação dos imigrantes com capacidade electiva.

Os eleitos pelo Bloco só poderão aceitar cargos executivos no caso de lhes ser possível defender, claramente e sem entraves, o programa eleitoral do Bloco de Esquerda e rejeitar tudo aquilo em que este programa possa ser ultrapassado. Tal decisão deverá ser ratificada pela estrutura do Bloco a que esteja ligado.

12. E DEPOIS DO CICLO ELEITORAL?

Terminado o ciclo eleitoral, 2010 deve permitir que o balanço de 10 anos de Bloco de Esquerda sejam consubstanciados numa conferência sobre o funcionamento interno, dando cumprimento ao compromisso assumido pela lista maioritária nos debates da IV Convenção. Fazendo reflexão em torno de temas cada vez mais particulares, para sistematizar propostas concretas e não apenas declarações de intenções generalistas.

Como? Por exemplo, fazendo uma avaliação da prática do direito de tendência. Como? Por exemplo, organizando jornadas culturais (à semelhança das já organizadas a nível autárquico), onde os aderentes possam debater ideias e traçar linhas orientadoras de acção, bem como divulgar iniciativas e contribuir, assim, com o seu exemplo, para fomentar outras, principalmente a nível local e distrital.

Devemos, até ao final de 2010, criar a oportunidade para aprofundar, por exemplo, o debate sobre temáticas como o sindicalismo e a organização nos locais de trabalho, o relacionamento intergeracional, ou a sustentabilidade ambiental no quotidiano degradado das cidades-dormitório.



Subscritores da Moção de Orientação Política a apresentar à VI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda:

Ana Lúcia Dias Garcia	Matosinhos
António João Sequeira	Setúbal
António Sequeira Mendes	Leiria
Armando Herculano	Vila do Conde
Carlos Maria Miranda da Mota	Matosinhos
Cecília Augusta Moutinho da Silva	Matosinhos
Cristiana de Sousa	Leiria
Dulce Cristina Coelho Ramos	Matosinhos
Fernando Pinto Lacerda	Vila Nova Gaia
Filomena Maria Silva	Setúbal
Gonçalo Manuel Lemos Reis Torgal	Matosinhos
Inês Lúcia Santos Moura	Valongo
Isabel Maria Sousa Hortas	Porto
João José Sousa Almeida	Ovar, Aveiro
João Manuel Camacho Marques	Lisboa
João Pedro Moreira Freire	Matosinhos
Jorge António Caetano dos Santos	Matosinhos
Jorge Manuel Coelho M. Rodrigues	Ovar, Aveiro
José Aleixo	Matosinhos
José Fernando Oliveira Bastos	Matosinhos
José Joaquim Ferreira dos Santos	Matosinhos
José Manuel Esteves	Faro
Marco Loureiro	Guarda
Margarida Castro Felga Pinho	Porto
Maria Cecília Peixoto da Eira	Matosinhos
Maria da Graça Ribeiro Pinto	Matosinhos
Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo	Lisboa
Maria Moura Castro Felga	Porto
Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa	Gondomar
Paulo Manuel Fernandes da Silva	Gondomar
Teodósio Maria Alcobia	Lisboa
Victor de Sousa	Leiria

Ver mais informação em <http://www.esquerdanova.net> (Esquerda Nova) e <http://alaesquerda.blogspot.com/> (FURA FURA)